



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Gabinete do Conselheiro Wagner de Campos Rosário



ACÓRDÃO

TC-004371.989.25-2 (ref. TC-017823.989.24-9)

Recorrente(s): Instituto de Previdência do Município de Suzano – IPMS.

Assunto: Aposentadoria concedida pela Instituto de Previdência do Município de Suzano – IPMS, no exercício de 2023.

Responsável(is): Joel de Barros Bittencourt (Superintendente).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no DOE-TCESP de 10/02/25, que julgou ilegal o ato de aposentadoria de Marileide Franzini, negando-lhe registro e acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Advogado(s): Carolina Montgomery Watanabe Aguiar (OAB/SP nº 244.502).

Procurador(es) de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalização atual: GDF-4.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. ATO DE APOSENTADORIA. CONHECIMENTO. NÃO PROVIMENTO.

Instituto municipal de previdência. Cálculo dos proventos de aposentadoria. Migração do regime geral para o regime próprio de previdência mediante lei complementar municipal. Inexistência das condições dispostas nas regras de transição para atribuição do direito à integralidade e à paridade de vencimentos. Artigo 40 da Constituição Federal. Paridade entre os regimes geral e próprio de previdência prejudicada. Necessidade de apostilamento e de adequação de proventos. Precedentes desta Corte: TC-8955.989.24-9, TC-7437.989.24-7, TC-11856.989.22-3, TC-18983.989.20-3 e TC-21298.989.20-3. Razões não acolhidas. Recurso conhecido e não provido. V.U.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Considerando o que consta do Relatório e Voto do Relator, conforme Notas Taquigráficas, juntados aos autos, a E. Primeira Câmara, em sessão de **21 de outubro de 2025**, pelo voto do Conselheiro Wagner de Campos Rosário, Relator, do Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli, Presidente, e do Conselheiro Substituto – Auditor Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, em preliminar, conheceu do recurso ordinário e, na discussão de mérito, julgou-o pelo não provimento, mantendo o juízo de irregularidade e a consequente negativa de registro decretados na sentença.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas Dr. Celso Augusto Matuck Feres Junior.

Publique-se.

São Paulo, 21 de outubro de 2025.



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Gabinete do Conselheiro Wagner de Campos Rosário



MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI
Presidente em exercício

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO
Relator